



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O [p1]SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Há número regimental para a abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 12ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas de nºs 16, 17, 18 e 19 de 2009.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalhos.

Há *quorum* para deliberação nas 2 Casas do Congresso Nacional.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com o expediente será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo quem queira discutir e conforme...

O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE - Sr. Presidente, para discutir, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE - Agradeço a V.Exa. pela compreensão. Mas nós não poderíamos, nesse reinício dos trabalhos da Comissão de Orçamento, logo após as notícias, que surpreenderam a todos, sobre os vetos apostos pelo Poder Executivo à LDO, de fazer uma abordagem sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Deputado, com a sua permissão, deliberaremos sobre as atas e logo a seguir eu passo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE - Não, a ideia é que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - É sobre as atas?

O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE - É, a ideia é fazer a leitura das atas para reavivar nossa memória, porque nas atas, certamente, há referência a uma grande, bonita e saudável construção, havida nesta Comissão quando da aprovação da LDO, do entendimento, que foi lamentavelmente ignorado e sepultado pelo Poder Executivo. Quem sabe na ata há alguma referência que reaviva a nossa memória! Não sei. Eu gostaria de saber se na ata há alguma referência a isso. Foi de fato um episódio lamentável. Nós aqui construímos o entendimento. A culpa não é da Comissão, não. Aliás, V.Exa. a presidiu num instante difícil, mas já com uma introdução do que haverá de ser o nosso entendimento na votação do Orçamento, com maestria, com compreensão, dadas as dificuldades de posições antagônicas. Fez-se um texto que levamos ao plenário, não obstruímos a votação com a ideia e a esperança sincera de que os vetos não acontecessem. O veto à Lei Kandir é uma violência à Federação brasileira. É um absurdo o que aconteceu. Eu queria registrar nossa indignação, porque nós aqui cumprimos o nosso papel. O Presidente da República após à lei um veto absurdo, injusto e que afronta o Congresso e a Federação brasileira. Os recursos da Lei Kandir não são do Governo Federal, são dos Estados. Vários Deputados aqui, certamente, irão concordar com o que estou dizendo. Entendeu, Presidente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Deputado Otávio Leite, fica registrado o protesto de V.Exa., cabendo à Presidência informar-lhe e a esta Comissão que as atas são sucintas. As considerações circunstanciadas a que V.Exa. se refere estão exatamente nas notas taquigráficas, que, sendo do interesse de V.Exa., mandaremos colocar à sua disposição.

O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE - Agradeço. Mas eu tenho o testemunho de V.Exa. de que de fato foi construído um entendimento fértil, saudável, justo, próprio do Parlamento — o combustível é o diálogo —, e esperávamos outro tipo de tratamento do Poder Executivo. Trata-se de vetos absurdos, Presidente. Nós tínhamos que votar os vetos no prazo constitucional de [P2]30 dias. Nós estamos descumprindo a Constituição. Minha vontade é entrar com uma medida no Supremo Tribunal Federal. É pesado, é um absurdo exigir que o Poder Judiciário se manifeste sobre um procedimento interno nosso. Os vetos teriam de ser apreciados nos 30 dias regulares. Mas não, fica-se desse jeito, jogando para adiante, para adiante, para adiante. E o Parlamento não cumpre seu papel.

A última palavra sobre a necessidade ou não de um diploma virar lei não é do Executivo, é do Legislativo. E estamos abdicando disso! É lamentável! Peço a V.Exa. que transmita inclusive ao Presidente do Senado Federal essa minha preocupação.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Mais uma vez devo dizer a V.Exa. que registro o seu protesto, que é legítimo.

Concordo plenamente com V.Exa. quando se refere ao prazo em que os vetos são apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional. Não concordo com atraso em instância nenhuma, em Poder nenhum da República. Acho que é um grande erro, um grande equívoco os Poderes não cumprirem suas obrigações.

Não por outra razão, mas por essa, quero abrir um parêntese para dizer que nesta Comissão não temos nenhuma matéria dependendo de despacho da Presidência fora do prazo legal.

E chamo a atenção dos Srs. Parlamentares designados relatores de processos de prestação de contas dos Presidentes da República para que conclua seus pareceres. Assim que cheguei a esta Presidência, tomei essa iniciativa no sentido de não ter nenhuma matéria na gaveta nesta Comissão. Portanto, foram designados relatores para uma propositura de prestação de contas da época do Presidente Fernando Collor de Melo e dos períodos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Peço, portanto, aos Srs. Parlamentares — Senadores e Deputados — designados para a elaboração dos pareceres que o façam o quanto antes, dentro do prazo legal, para serem incluídos em pauta e devidamente deliberados.

Não se justifica, em instância nenhuma, em Poder nenhum da República, a demora na tramitação das matérias de suas competências.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Humberto Souto.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, quero fazer uma reclamação e um pedido de providências por parte de V.Exa.

No último PL nº 13, tivemos 3 emendas vetadas pelo Sr. Presidente da República, absolutamente sem fundamento legal que justificasse o veto.

Na minha avaliação, houve um equívoco provocado entre as informações que a Comissão prestou ao Executivo e as que o Executivo adquiriu no âmbito de seu serviço administrativo.

Formulo esta reclamação inclusive porque pretendo, na época do exame dos vetos, contar com o apoio de V.Exa. para que possamos restabelecer o prestígio e a prerrogativa da Comissão, que aprovou emendas ao PL, posteriormente aprovadas também pelo Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Como não há fundamento legal e houve confusão entre o que a Comissão prestou de informações e o que o Executivo delas concluiu, peço a V.Exa., se tiver alguma providência a ser tomada, que o faça. Se não, que nos apoie na época da apreciação do veto para que possamos restabelecer o prestígio da Comissão.

Passarei à Secretária meu requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Deputado Humberto Souto, devo informar-lhe que tomei conhecimento, há poucos segundos, do ofício de V.Exa. e [P3][P4] já tive oportunidade de lê-lo rapidamente.

Para complementar a explicação que V.Exa. fez nesse instante, devo dizer apenas que, do ponto de vista regimental, não cabe à Presidência, à Comissão, nenhuma atitude. Estamos diante de um fato que não podemos inclusive perder de vista: o processo legislativo conclui-se, nesse caso, no Poder Executivo, pois o veto é um procedimento final e complementar do processo legislativo.

É evidente que, no aspecto político, sim; politicamente, quando da oportunidade, a Casa poderá contrariar a manifestação de veto da Presidência da República.

Portanto, recebo o ofício e fica registrada, nesta Comissão, a indignação de V.Exa. diante do fato. É evidente que as razões expostas podem não ser aceitas ou consideradas por esta Casa do Congresso Nacional, que pode rejeitar o veto.

Mas, de qualquer forma, fica registrado o protesto de V.Exa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, as Senadoras e Deputadas.

Sr. Presidente, é muito lógica a reclamação feita pelo eminente Deputado Humberto Souto, mas sabemos como funciona a questão dos vetos.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Venho lamentar, Sr. Presidente, os cortes nas emendas coletivas efetuados pelo Poder Executivo graças à incompetência desta Comissão e do Congresso Nacional, que deu ao Governo o direito de cortar emendas depois de um grande trabalho feito pelos Srs. Parlamentares.

Inclusive, parabênizo V.Exa., pois o Estado de V.Exa. talvez tenha sido o segundo ou terceiro menos penalizado, com apenas 25%. Já com relação aos companheiros de Roraima, 70% das emendas foram cortadas. Setenta por cento das emendas coletivas foram cortadas! Alagoas teve 77% das emendas canceladas; Mato Grosso, 66%; minha Paraíba, 34%.

Considero isso um absurdo, pois todos os Estados tiveram emendas cortadas, sendo que a média geral foi em torno de 45,63%. O Rio Grande do Sul está de parabéns, pois somente teve 17% das emendas cortadas.

Isso, na realidade, torna inútil essa Comissão e o Orçamento, da forma como é feito no Congresso Nacional.

Por que se trabalha, se vai buscar as emendas, se conversa com os Relatores, se entende com as Lideranças, se chega ao plenário do Congresso? Juntos buscamos, todos nós, recursos para os nossos Estados, independente de cor partidária, principalmente no que diz respeito a emendas coletivas, que buscam realmente conduzir obras estruturantes.

Lamentavelmente, o Governo, sem consultar um Líder sequer, nem o da sua Base, mete a caneta e deixa todo o trabalho feito no ano passado ir água abaixo. Conseqüentemente, já que garantimos novamente esse direito ao Executivo, quando votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no próximo ano será da mesma forma.

V.Exa., eu, os Deputados e os outros Senadores chegamos aos nossos Estados; anunciamos os recursos; os nossos contrerreneos passam a acreditar na nossa palavra. Está no Orçamento, está escrito, é lei. E daí a pouco, Senador [p5]Almeida Lima, se for cortado, com que cara nós chegaremos aos nossos Estados? De mentirosos. Essa é a palavra que recebem os Srs. Senadores e os Srs. Deputados. Eu lamento. Registro aqui o meu protesto, o meu desagravo.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - O pior não é isso, nobre Senador e Sr. Presidente. O pior é que esses cortes não tiveram de obedecer a nenhum critério técnico nem regional.

Por exemplo, em Minas Gerais, cortaram-se emendas de universidades, na área do semiárido. Cortaram-se recursos para água na área do semiárido.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Quarenta e nove por cento, Deputado.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Então, não tem sentido um negócio desse. É uma irresponsabilidade, é uma discriminação odiosa, sem critério, sem conhecimento, sem nenhuma consideração a coisa nenhuma. Não vou dizer que é falta de consideração à Comissão de Orçamento, porque isso não há mesmo, mas é falta de consideração com o fato social.

Emendas importantes de uma universidade numa área do semiárido, numa área pobre, como é, por exemplo, o norte de Minas, foram cortadas. E não há reação nenhuma. Ninguém reage a coisa nenhuma por causa dessa situação de agachamento do Congresso Nacional perante o Executivo, que envergonha não a nós, mas à Nação. Esse agachamento dos Parlamentares perante o Executivo, essa falta de capacidade de reação, essa falta de capacidade de valorizar o seu mandato. É muito difícil chegar a Deputado Federal. Com toda a desvalorização e a desmoralização do Parlamentar, é muito difícil chegar aqui. Mas as pessoas esquecem. Chegam aqui e ficam feito fantoches na mão do Executivo, implorando liberação das emendas.

Então, Sr. Presidente e nobre Senador que me homenageia com o seu aparte, é absolutamente procedente a sua observação. É preciso ter uma reação desta Casa, é preciso que os Deputados tomem consciência do seu valor. A eleição estará aí no ano que vem. Qual é o eleitor que vai votar num Parlamento sabendo que os Deputados estão agachados, estão completamente envergonhados de ser Deputados? Isso é um negócio que nos deprime como homens públicos.

Sr. Presidente, V.Exa., que está na Presidência da Comissão, — uma Presidência que eu já exerci, procurando me orgulhar da função — que faça um protesto veemente contra isso ao Executivo. V.Exa., que tem servido tanto a este Governo com sua inteligência, sua participação, sua lealdade, que mostre a solidariedade aos



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

seus colegas neste Parlamento. Mostre que é preciso ter mais consideração e mais respeito ao Parlamento em horas como essa.

Eu ficaria muito agradecido a V.Exa. de ver um procedimento de V.Exa., como Presidente da Comissão, defendendo seus colegas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Eu que agradeço, Deputado.

O SR. DEPUTADO JERÔNIMO REIS - Senador, eu gostaria...

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Vou conceder, meu caro Deputado Jerônimo Reis.

Acrescento um pouco a esse aparte. Acho que temos de começar essa reação. A ideia que surge do Deputado Humberto em relação a V.Exa. é para que possamos, pelo menos, tentar ser ouvidos, por intermédio de V.Exa., como Presidente desta Comissão, já que nós, da Oposição, que é o meu caso, não somos ouvidos.

E o que estou vendo é a Câmara dos Deputados e o Senado parados não pela crise que atravessa o Senado, mas porque o Governo não libera as emendas dos Parlamentares, que é um direito legítimo, é uma lei. O Governo fica chantageando os Srs. Deputados e os Srs. Senadores para liberar as emendas que irão para os municípios e para os Estados. Então, é por isso que vem o achincalhamento [P6]do [p7]Poder Legislativo. E isso ocorre exatamente porque não reagimos e aceitamos tudo o que vem do Executivo. E os Deputados, Senadores, Governadores e Prefeitos ficam de pires na mão, vindo a Brasília para tentar a liberação de recursos.

Há prefeituras quase fechando, em razão do FPM, que está simplesmente acabando. E ainda pensavam os Prefeitos — e até o próprios Governadores, principalmente os de Estados mais pobres — que poderíamos liberar algumas emendas, já que se trata de uma lei, para reforçar pelo menos a infraestrutura dos Municípios e dos Estados.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, é esse o quadro em que vivemos, um quadro de achincalhamento e gozação tanto da população quanto, principalmente, do próprio Governo. E digo isso porque a palavra que recebe o Senador ou o Deputado nos seus Estados e Municípios não é outra: *“Vocês mentiram, disseram que havia recursos para essa situação.”* E se falarmos que os recursos foram cortados pelo Presidente Lula, não vão acreditar. *“Não, o Presidente Lula não ia fazer isso. Vocês estão mentindo.”* Infelizmente, é isso que estamos ouvindo por aí.

Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JERÔNIMO REIS - Apenas quero enaltecer o pronunciamento de V.Exa., nobre Presidente. Para o nosso Estado — e V.Exa. também fez parte do esforço e assinou uma dessas emendas que hoje foram cortadas —, recursos para a área da educação sofreram cortes.

E o mais grave, Srs. Senadores e Srs. Deputados, é que a emenda que destinava 9 milhões de reais para a implantação do curso superior na Escola Técnica do Município de Lagarto, no CEFET, foi anulada por um decreto do Sr. Ministro nos primeiros dias deste ano e tais recursos foram transferidos para o Estado de Tocantins, cidade de Palmas. Isso é muito mais grave do que esse corte anunciado hoje.

Então, acho que este é o momento exato para todos os membros desta Comissão tomarmos as devidas providências para que possamos recuperar os recursos destinados este ano para os Estados brasileiros.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Agradeço o aparte ao Deputado Jerônimo Reis. Vou concluir deixando uma sugestão. Consulto antes a Mesa, em especial a nossa Myrna, que sabe de tudo nesta Comissão e tem competência de sobra para responder a esta pergunta: ainda temos poderes nesta Comissão para mudar essa autorização por decreto? Digo isso porque entendo que, ao ser cancelado, deva o decreto passar por esta Comissão. É só isso. Quero saber se é possível. Caso contrário, vamos mais uma vez trabalhar e trabalhar nesta Comissão, dizer que vamos levar os recursos para os nossos Estados, mas o Governo, também no próximo ano, cancelará os recursos que destinamos aos nossos Estados.

E aqui me reclama o Senador Augusto Botelho, pois nem o Líder do Governo escapou. Também no Estado do Líder do Governo no Senado 70% dos recursos oriundos das emendas foram cancelados.

Lamentavelmente, parece que o Governador é adversário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - O nobre Senador concluiu?

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Agradeço a V.Exa. a tolerância.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Antes de passar a palavra, eu preciso dar um esclarecimento, até porque fui instado pelo nobre Senador Efraim Morais e pelo nobre Deputado Humberto Souto. Eu gostaria de prestar o seguinte esclarecimento: vamos fazer aqui uma separação de funções e de competências para que a questão seja, pelo menos sob minha ótica, devidamente posta, colocada. Em cima dessa visão, espero que possamos tomar as decisões e fazer os encaminhamentos.

Sabemos que, como eu disse há pouco, o processo legislativo é complexo, na medida em que há uma série de normas que o regulamenta, desde a competência para a propositura até a sua finalização [p8]. O sistema adotado pela nossa Constituição é aquele que atende ao princípio dos pesos e contrapesos. São duas Casas Legislativas, mas não é apenas o Poder Legislativo que, ainda que tenha como função primordial a competência de elaborar leis, tem a prerrogativa da feitura dessas leis, da confecção dessas leis e do encerramento do processo. Para inúmeras delas, a competência para propor ou para iniciar sequer é do Poder Legislativo, mas do Executivo. E para inúmeras proposituras, ou quase a maioria, a finalização do processo legislativo acontece no Executivo, com a sanção ou com o veto.

São considerações que todos os senhores conhecem com profundidade.

Digo isso apenas para afirmar o seguinte: temos duas questões, a primeira delas de ordem formal, procedimental. Na medida em que, formal ou procedimentalmente, esta Comissão for ferida, tenham a certeza de que, pela Presidência e pelo Plenário, tomaremos as providências.

No entanto, há uma segunda questão, que é de mérito. A Presidência não pode desconhecer ao Executivo o direito de vetar. Ora, no instante em que o Executivo veta...

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, não estamos discutindo problemas de veto, mas de cancelamento. Foram canceladas, não foram vetadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Explicarei também esse aspecto. É que houve aqui duas questões: vetos à LDO e, por decreto, cancelamentos. Acontece que, pelo que sei e até onde sei, a LDO de anos anteriores determinava, pelo menos, que os decretos viessem ao conhecimento da Comissão. Mas hoje a LDO não autoriza sequer este conhecimento, que deve ser público a partir do instante em que são publicados no *Diário Oficial*.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, sem querer dialogar com a Presidência, faça apenas uma observação: o que estamos pedindo a V.Exa. é a valorização desta Comissão por intermédio de V.Exa. É o peso político que a Comissão tem no processo legislativo que deve ser representado por V.Exa. Não estamos discutindo a formalidade legal, se o Presidente pode ou não fazer; sabemos que o Presidente pode fazer isso. Estamos dizendo o seguinte: "V.Exa., na condição de Presidente deste Colegiado, V.Exa. deve se impor e dizer que não aceita que *essas coisas sejam feitas sem uma prévia discussão comigo, para que eu discuta com o meu Colegiado.*"

Essas coisas são imposições do cargo. Não se trata de política partidária, pois isso transcende aos partidos. Trata-se do prestígio da Comissão que V.Exa. preside. É o que estamos pedindo a V.Exa.: em decorrência da investidura de V.Exa. na Presidência deste poder político, que V.Exa. se faça respeitar. E não me refiro a V.Exa. pessoalmente, pois a sua pessoa já é respeitada. Estou falando sobre o respeito devido ao Presidente desta Comissão, que faz a nossa representação, para que o Presidente da República, ao tomar providências como essas, convoque antes o Presidente da Comissão para dizer que está sendo obrigado a fazer isso. E V.Exa., na condição de Presidente desta Comissão, deve dizer: *"Deixe-me conversar com os Parlamentares para vermos o que podemos fazer"*.

Portanto, basta ao Presidente travar um diálogo, em decorrência do prestígio que V.Exa. tem, investido que está na Presidência de uma Comissão desta importância, composta de Senadores e Deputados.

Não é o problema formal. Sabemos que o Presidente pode baixar decretos e vetar. Todos sabemos bem disso, assim como V.Exa., mas acho que, devido ao prestígio de V.Exa., que já é grande, mas agora investido na Presidência desta Comissão, é preciso que V.Exa. faça a Comissão ser respeitada. Não falo da minha pessoa ou de João ou Manoel, mas da Comissão, do Colegiado, de que V.Exa., em tão boa hora e com tanta honra, é Presidente.

Portanto, o que pedimos a V.Exa. é o respeito do [p9]Executivo a V.Exa., na condição de Presidente desta Comissão.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Deputado Humberto Souto, quero ratificar aquilo que eu disse: são questões de mérito. E esta é essencialmente, ou exclusivamente, uma questão de mérito. Se houver uma proposta de alteração da LDO para que a Comissão seja ouvida previamente, quem vai se impor diante do Poder Executivo não será o Presidente, que certamente fará respeitada pelas suas funções esta Comissão, se por acaso ela vier a ser atropelada por qualquer procedimento. Mas, na verdade, este é um procedimento de maioria, de Congresso Nacional, e da maioria que vota a LDO, que pode ou não limitar as ações do Executivo no cancelamento de dotações orçamentárias. Então, é evidente que se trata...

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Não há dúvida! Foi o que falamos, Presidente. O que há é um agachamento do Congresso. Agora os Senadores e os Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Quando V.Exa. transfere para o Congresso, tudo bem, porque é uma questão de mérito. Mas eu não posso trazer para os meus ombros uma competência nem a autoridade política que não tenho. Ora...

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - V.Exa. tem razão. Acho que estamos exigindo muito de V.Exa. O que acontece, Sr. Presidente, é que nesta Casa, há muitos anos — e não digo que seja de agora — nos acostumamos a partidarizar o processo de uma Comissão que deveria ser eminentemente técnica.

Acho que, quando um Parlamentar assume a Presidência da Câmara dos Deputados, o exercício da Presidência deve se dar em prol de todos os partidos, para todos os brasileiros. Mas sabemos que essa tradição na Câmara dos Deputados foi afastada e passou o Presidente da Câmara a exercer a Presidência em função dos interesses do seu partido. Isso é muito ruim para o regime, é muito ruim para o País.

E a Presidência da Comissão não pode seguir esse diapasão. A Presidência da Comissão tem que mostrar a diferenciação desse processo. Não podemos servir aqui um partido. O Presidente, mesmo sendo de um partido que apoia o Presidente da República, não pode servir ao Executivo, mas à Comissão. E ao servir à Comissão, o Presidente deve vestir-se da roupagem de defesa da instituição, para mostrar que quer defender a instituição e que ela tem valor, poder, e pode influir nas decisões. Aí, sim, o Presidente faria a sua ação nesse sentido.

Felizmente, Sr. Presidente, não é o caso de V.Exa., que não tem demonstrado aqui partidarismo ou que está a serviço do Presidente da República, mas é preciso que estejamos advertidos em relação a isso, ou seja, que a Presidência da Comissão deve ser singular, diferente do processo político. Ela tem que ser política na grandeza da sua expressão e do seu prestígio, e não na expressão do seu partido ou do seu apoio político. No momento em que V.Exa. tomar esta Comissão como bandeira, para demonstrar ao Congresso Nacional que V.Exa., embora sendo um homem da base do Governo e que apoia o Governo, nesta Comissão está a serviço do Parlamento, e não do Executivo ou de quem quer que seja, tenho certeza de que V.Exa. passará a ser muito mais respeitado e muito mais acatado pelo Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Antes de passar a palavra aos Deputados Ricardo Barros, Claudio Cajado e Narcio Rodrigues, eu gostaria de dizer apenas o seguinte: além de tudo quanto já foi dito pelos Srs. Parlamentares, membros desta Comissão, e por mim, eu gostaria de acrescentar — já depois do socorro da assessoria da Presidência, que me acode exatamente para dar um desfecho naquilo que representa o meu raciocínio — a minha visão.

Os 594 Parlamentares, 513 Deputados Federais e 81 Senadores, no ano passado, em 2008, ao votarem o Orçamento, retiraram desta Presidência, ou não deram a esta Presidência o direito de fazer aquilo que estão propondo-me neste instante fazer. Em outras palavras, todos os Senadores e todos os Deputados — ou, no mínimo, por maioria —, na Lei Orçamentária de 2009, votada em 2008, deram ao Poder Executivo, portanto, deram à chancela do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o direito de fazer o que fez.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Neste ano, Senador, se quis tirar e esta Comissão não deixou. Nós queremos retirar. E esta Comissão, através da maioria, não retirou. Vamos dividir responsabilidades!

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Senador Efraim Morais, uso uma expressão latina, *de lege ferenda*, de lei a ser feita. Isso é de lei a ser feita, mas a lei nós fizemos em 2008...

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Nós, não!

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Então, os senhores.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Todos, todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Mas foi votado no Congresso.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - V.Exa., na condição de Presidente, deve saber que não se pode repetir de uma Comissão Parlamentar para outro ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Não é na Comissão, é no Plenário, nobre Senador.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Mas foi criada aqui, foi criada aqui, Sr. Presidente! Foi na LDO, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Senador, V.Exa. está equivocado. Quem vota a LDO, pelo Congresso Nacional, é o Plenário do Congresso.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Mas é feita aqui, Sr. Presidente. Quando chega lá é acordo. Quando chega lá é acordo, repito. É feito aqui. Nós temos de ter cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - V.Exa. sabe...

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Eu não estou condenando V.Exa., não estou condenando V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - V.Exa. sabe perfeitamente que V.Exa. não tem razão. V.Exa. tem consciência de que não está falando o que o Regimento dispõe.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Quem é que discute, Senador — se V.Exa. me permitir —, quem faz o Orçamento? É esta Comissão ou são os Senadores e Deputados que não pertencem a esta Comissão?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - O processo legislativo, assim como está determinado no Regimento.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Não, vamos para a prática!

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Com certeza, democrática e regimentalmente, vou silenciar V.Exa. com uma colocação agora: orçamento não é matéria terminativa nas Comissões. Logo, se fosse matéria terminativa nas Comissões, a Lei Orçamentária Anual teria sido deliberada nesta Casa. Ela foi deliberada nesta Comissão para o Plenário. Portanto, a responsabilidade é de todos nós que a aprovamos e demos ao Presidente Lula esse direito. Então, não podemos aqui e agora reclamar.

E quanto aos vetos, o Presidente apenas exerceu o direito constitucional que S.Exa. tem. Não cabe à Presidência desta Comissão contestar, cabe ao Plenário do Congresso rejeitar o veto.

Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente...

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Deputado Ricardo Barros, peço a V.Exa. permissão para que eu fale por 1 minuto, se isso for possível, senão eu o aguardo falar.

Ei apenas queria, dentro da própria discussão, dizer que nós tentamos neste ano mudar esse procedimento, e a maioria não deixou. Agora, V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Senador, isto é o Parlamento.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Não estou falando de V.Exa., que nem vota. V.Exa. é Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Senador, isto é o Parlamento. Não pense V.Exa. que quem delibera é a minoria, é a maioria mesmo. E a maioria assume a responsabilidade pelas deliberações.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Esta não é a Comissão de Ética do Senado para V.Exa. repetir esse discurso, não. Isso aqui é outra coisa. Não é Comissão de Ética. O mesmo discurso que V.Exa. fez lá vem repetir aqui. Isso aqui é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - É que o meu discurso é coerente.

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - O que eu quero dizer a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Eu não tenho lá um discurso e aqui outro. É o mesmo!

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - O que eu quero dizer a V.Exa. é que V.Exa. aqui é Presidente, não é Líder do Governo. Eu quero adiantar ainda mais que isso é ruim, mas não para a Minoria, não. Quem sofre mais é o Governo. São os Parlamentares do Governo que estão sem votar porque o Governo não libera emenda. E, se não liberar as emendas dos Parlamentares do Governo, também não vão votar, não. Isso é chantagem, é isso que estou dizendo, chantagem porque nós fomos incompetentes, nós da Comissão de Orçamento passada, de que nenhum de nós fez parte.

E desta vez nós não tiramos o direito do Governo de cortar sem consultar a Comissão. Isso é incompetência! Isso é entregar tudo de mão beijada! Isso é melhor do que não fazer orçamento, é pedir que venha



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pronto! Não interessa se é maioria ou minoria, quem está perdendo são os Estados e Municípios, não somos nós! Não adianta defender o Governo para prejudicar os nossos Estados, não adianta defender o Governo para prejudicar os Municípios.

O meu protesto aqui é feito em nome dos paraibanos! Quem quiser que defenda o seu Estado!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Senador Efraim!

O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS - Agora eu devo deixar bem claro que o Presidente tem o direito pela incompetência do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Eu quero dizer a V.Exa. o seguinte: eu não sou Líder do Governo, não me comporto aqui como Líder do Governo; agora, sou coerente, extremamente coerente, e aqui só tomo como matéria deliberada aquilo que a maioria decide. E, tenha certeza absoluta, eu respeito Governo e Oposição, respeito Maioria e Minoria, mas em todo parlamento do mundo quem delibera é a Maioria. Não me parece que V.Exa. vai conseguir reinventar a roda ou a pólvora. Não vai! A maioria é quem delibera.

Eu concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Esse é um debate difícil, Sr. Presidente, porque falar para quem não quer entender é difícil, ainda mais quem não quer nem escutar. Fala e vai embora! Temos de ter um pouco de educação, de respeito da divisão das oportunidades de falar e de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - O mais difícil é explicar o óbvio, Deputado, completamente difícil!

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - A decisão foi tomada pela Comissão e pelo Plenário, portanto, se o Governo fez o contingenciamento das emendas de bancada, fez porque está completamente autorizado, pela primeira vez, neste Orçamento. A decisão é do conjunto nosso e da responsabilidade nossa, e vamos assumi-la, até porque todos sabiam que seria um Orçamento difícil, que haveria necessidade de cortes por causa da crise internacional, e esse foi o mecanismo encontrado para viabilizar a execução da parte obrigatória do Orçamento. Não foi feito sem querer, não.

Eu queria falar aqui sobre três assuntos rapidamente:

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Deputado Ricardo Barros, permita-me apenas uma observação, para que V.Exa. continue o seu pronunciamento e se reporte aos três itens que deseja apresentar.

Diante do que V.Exa. disse — e, no caso, trata-se de uma argumentação de mérito —, o que me cabe aqui é pedir a V.Exas. que não envolvam a Presidência desta Comissão no debate de mérito. No debate de mérito, envolvam os Líderes e os senhores, mas não envolvam a Presidência, porque a Presidência não vai tomar nenhuma decisão quanto às questões de mérito. Compete-me aqui, de forma equidistante, conduzir os trabalhos envolvendo Governo e Oposição, Maioria e Minoria.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, são coisas importantes para nós que lidamos com o Orçamento da União.

Hoje foi editada uma portaria interministerial prorrogando o prazo da Portaria nº 127 do SICONV, que dava prazo até 31 de agosto para que os Municípios pudessem consolidar os seus convênios. Nós tínhamos centenas de emendas prejudicadas por conta do não cumprimento desta portaria pelos Municípios. Evidentemente, colaboraram para isso a greve dos engenheiros da Caixa Econômica e outros fatores, [p10]mas [p11]o fato é que hoje os Ministros Paulo Bernardo, Guido Mantega e Jorge Hage editaram uma portaria dando a cada Ministério a prerrogativa de prorrogar esse prazo para consolidação dos convênios. Então, Sr. Presidente, muitos dos convênios que nós havíamos aprovado e que estavam suspensos ou cancelados poderão ser reativados, a critério do Ministro da Pasta. Trata-se de uma boa notícia porque nos permite executar as ações decididas nesta Comissão.

O segundo ponto, Sr. Presidente, refere-se às emendas de remanejamento. Foram criadas na Resolução nº 1 emendas de remanejamento com o intuito objetivo e claro de dar conhecimento aos membros da Comissão de Orçamento e a todos os Parlamentares da Casa do conjunto da Peça Orçamentária. Nós, aqui na Comissão, Sr. Presidente, decidimos 2% do Orçamento. Toda a reavaliação da receita e mais os cortes feitos por todos os Relatores chegam a 2 ou 3% do Orçamento. E é só o que se discute nesta Comissão, o pedacinho da ponta do *iceberg*; do resto, simplesmente nem tomamos conhecimento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nós criamos as emendas de remanejamento para que os Parlamentares fossem informados do conjunto total do Orçamento. Os Parlamentares nas Comissões receberão informações de cada Pasta afeta a estas Comissões. Os Parlamentares nas bancadas estaduais receberão a informação do recurso total que existe para o seu Estado no Orçamento.

Eu gostaria de pedir ao Presidente que determinasse à nossa Consultoria que promovesse esses relatórios, que produzissem essas informações para os Relatores Setoriais. O Relator da saúde tem que ir à Comissão da Saúde e, numa audiência, apresentar aos membros da Comissão todo o Orçamento da saúde, o que tem de recursos no Orçamento da União, para a Comissão poder decidir sobre o remanejamento. Isso não está sendo feito dessa forma; está sendo feito por obra e graça de alguém, que vai à Comissão e propõe uma determinada solução de remanejamento, que é aprovada. O objetivo da inclusão da emenda de remanejamento no Orçamento era o de dar conhecimento aos Parlamentares — e me refiro a todos, não só aos da Comissão de Orçamento. Todos saberão tudo o que tem no Orçamento para a Pasta da Comissão de que ele participa, como titular, como suplente, e para todo o seu Estado, tudo o que tem no Orçamento da União para o seu Estado.

Seria muito útil que nós, neste ano, pudéssemos praticar essa intenção da resolução. Peço ao Presidente que determine à assessoria que produza esses relatórios e, assim que chegar a Peça Orçamentária, entregue aos coordenadores de bancada as informações sobre cada Estado. Ele vai reunir a bancada, mostrar todo o Orçamento do Estado e decidir o remanejamento.

Essa é uma questão didática. Foi colocada lá por uma razão objetiva: dar conhecimento de todo o Orçamento, e não só os 2% a 3% que nós discutimos nesta Comissão, que são os acréscimos e cancelamentos feitos.

Por último, Sr. Presidente, quero me referir à questão de ordem que fiz no plenário do Congresso Nacional, que se refere a liminares do Tribunal de Contas da União. Fiz uma questão de ordem alegando que não há respaldo legal para a medida cautelar do Tribunal de Contas da União. A Constituição Federal é absolutamente clara. Ela diz que o Tribunal indica a Comissão ao Congresso Nacional, e ele, sim, pode paralisar uma obra ou notificar o encarregado da obra, que tem de responder ao tribunal. Só depois de 90 dias, se o Congresso não decidir, o tribunal poderá fazê-lo.

Recebi a nota técnica da Comissão corroborando a minha posição. Não há respaldo legal para medidas cautelares. O Tribunal de Contas da União não tem prerrogativa de suspender obras sem a nossa autorização. Gostaria que o Presidente nos ajudasse a ampliar esse debate. Apresentei requerimento nesta Comissão, convidando o Ministro Ubiratan Aguiar e Ministros da área de infraestrutura para uma audiência pública, mas ele não foi aprovado. É importante trazer o Tribunal de Contas da União para esta discussão. Conto, portanto, com a sua colaboração neste sentido. Obrigado.

[zilfa12] **O SR. PRESIDENTE** (Senador Almeida Lima) - Antes de passar a palavra ao Deputado Cláudio Cajado, eu quero dizer o seguinte: impossível o Presidente de uma Comissão como esta, Presidente esse que não esteve aqui nesta Comissão no ano passado — e eu não poderia estar aqui este ano, como V.Exas., se o ano passado estivesse participado, por imposição regimental —, evidente que eu não posso ter *mens legis*, ou seja, todo o processo legislativo na minha cabeça. Mas a Assessoria da Mesa me traz a informação para garantir, mais uma vez, que, no argumento, a Presidência está correta. Aqui é uma Comissão Técnica, e para este procedimento ela não é terminativa e nem tudo é feito na Comissão. Essa norma que modificou esse procedimento, dando ao Executivo o direito de, por decreto, fazer os cancelamentos, não saiu desta Comissão no ano passado. Ela saiu do plenário. Logo, quando eu pedi para não envolver a Presidência nessas questões de mérito, é porque delas eu não quero participar. E não vou participar. Eu quero ficar equidistante, ou seja, não vão ter nem o direito de me envolver nem a oportunidade de me envolver, porque eu não irei me envolver nessas questões. Os Líderes existem para isso. A função da Presidência é conduzir os trabalhos. E eu irei conduzi-los com imparcialidade, embora todos saibam que eu tenho lado, que eu tenho partido, que eu tenho o bloco e eu exerço este meu lado, esta minha copartidária, no momento oportuno. No exercício da Presidência, serei Presidente; tenha a certeza disso.

Com a palavra o nobre Deputado Cláudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho algumas colocações a fazer e é bom que V.Exa. possa tomar conhecimento, como Presidente da Comissão, porque eu falarei em meu nome pessoal, como Deputado, e em nome do partido.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeiro, nós entraremos em obstrução nesta Comissão se não houver, por parte da Presidência da PETROBRAS, a resposta à data em que algum representante virá aqui prestar os esclarecimentos sobre o requerimento de minha autoria, aprovado por esta Comissão, solicitando àquela autoridade, o Presidente da PETROBRAS, que venha esclarecer os fatos, objeto de relatório do Tribunal de Contas da União.

Nós aprovamos esse requerimento há vários meses. Tenho conhecimento de que a Secretaria da Comissão está desenvolvendo esforços no intuito de ter a resposta do Presidente Gabrielli, mas me parece que a Presidência da PETROBRAS não está tendo a devida atenção com esta Comissão. Portanto, nós iremos, se não tivermos uma posição, entrar num processo de obstrução política, no intuito de fazer valer a nossa autoridade no sentido de fiscalizarmos e darmos à opinião pública os esclarecimentos que julgarmos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - V.Exa. merece uma explicação da Presidência. Eu devo informá-lo e à Comissão de que a Presidência da PETROBRAS, pela sua Assessoria aqui em Brasília, manteve contato comigo estará com a Presidência desta Comissão ainda hoje, exatamente para ver a agenda e realizar, digamos, a audiência, objeto do requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO CAJADO - Muito bem, Sr. Presidente. Eu lhe agradeço, até porque nós aprovamos esse requerimento em abril. Eu [zilfa13]me lembro bem de quando o próprio Líder, Deputado Gilmar Machado, aqui presente e que se encontra ao lado de V.Exa., disse-nos que não teria problema algum e que ele viria. Mas já se passaram 4 meses e estamos entrando no quinto mês, setembro, e nem resposta foi dada.

Portanto, com relação à informação que V.Exa. acaba de nos dar, eu espero que efetivamente nos traga uma data para que nós possamos esclarecer essa situação.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria dizer que a greve branca dos Deputados da base tem uma razão de ser, em função, sim, da leniência dos Parlamentares como um todo — e aí nós não podemos aqui falar de Maioria ou de Minoria, mas do Parlamento brasileiro — em não poder colocar de forma clara o não-contingenciamento de determinadas verbas orçamentárias.

Sr. Presidente, se V.Exa. pegar o glorioso, forte e imponente Estado de Sergipe, verá que ele teve um corte de 25,54%. Isso, em programas globais. Na Bahia, nós tivemos um corte de 41,5%. Porém, se nós formos ver em que, no detalhamento... Eu quero saber quem foi que fez o corte, se foi o Ministro, se foi algum assessor técnico, ou algum assessor do assessor, ou algum chefe de setor. Por que isso, Sr. Presidente? Quando nós elaboramos aqui as emendas de bancada, fizemo-lo com base na pluralidade dos Parlamentares, os 3 Senadores e, no caso da Bahia, os 39 Deputados Federais. Existe uma correlação de forças e interesses do Estado que faz com que haja um consenso. Quando, por exemplo, um técnico do Executivo acha por bem cortar verbas destinadas, por exemplo, ao anel viário do Município de Juazeiro, em detrimento, por exemplo, da Barragem do Faleiro, no Município do Senhor do Bonfim — em um cortou-se tudo, 100%, as verbas do anel viário do Município de Juazeiro; na Barragem do Faleiro, manteve-se integralmente o valor da emenda —, eu pergunto: Qual foi o critério? Será que foi justo ou não essa decisão tomada unilateralmente por quem de direito no Governo Federal?

Sinceramente, Sr. Presidente, isso não afeta a Maioria nem a Minoria; isso afeta a legitimidade da representação popular que exercemos aqui — os Deputados Federais e os Senadores — em nome de cada Estado. Portanto, o foco da discussão não é Maioria ou Minoria, não é a decisão aqui e a decisão de lá. Cabe, sim, ao Poder Executivo o direito de fazer o que fez, os cortes de contingenciamento, mas por delegação nossa. Eu percebo aqui que a minha representatividade está ceifada de morte quando agem em meu nome. Estão deliberando sobre algo no meu Estado e eu não fui chamado a participar da discussão.

Eu coloco de forma muito clara que não concordo com esse tipo de procedimento. Se o Congresso Nacional tem, em última instância, a palavra de deliberar sobre matéria orçamentária, o corte do contingenciamento, de forma unilateral, não traduz o sentimento da bancada e nem do povo de cada Estado para onde alocamos os recursos. Essa é uma questão a ser discutida. Por isso é que nós estamos assistindo a essa greve branca da base do Governo. Aliás, ela é bem-vinda, sim. É bem-vinda para alertar o Governo de que a base que vota com ele tem reivindicações a serem feitas. Por quê? E aí eu já entro num terceiro tema. Se o Governo Federal tem recursos para enviar a esta Casa, o PLN nº 39, para comprar um imóvel em Londres, cujo metro quadrado da chancelaria que está sendo adquirida pelo Governo brasileiro em Londres custa, Sr. Presidente — eu acho que o dia em que os imóveis em Aracaju tiverem essa valorização, os sergipanos serão mais ricos do que os paulistas —, a bagatela de 46 mil e[14].800 reais o metro quadrado; 46.800 reais o metro quadrado. Eu acho que devemos chamar o Embaixador de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Londres — que eu não sei quem é; talvez o Deputado Gilmar Machado tome conhecimento e me informe aqui — para ele resolver o problema da saúde no Brasil, porque se ele consegue convencer o Governo da importância dessa compra, ele vai convencer o Governo a não criar a contribuição da saúde e arranjar dinheiro no Orçamento para não impor mais um imposto à sofrida camada dos contribuintes brasileiros, que não tem mais como dar dinheiro ao Governo, porque não tem nem mais para si, que dirá para pagar impostos.

Nós não temos dinheiro, Sr. Presidente, para pagar as emendas individuais dos Parlamentares, mas temos dinheiro para comprar, a 46.800 reais o metro quadrado, um imóvel para a Chancelaria do Brasil em Londres. Não me convence.

Nós não temos dinheiro, Sr. Presidente, para poder manter a saúde minimamente eficiente, dando assistência aos brasileiros que dela necessitam, mas temos dinheiro para construir estrada na Bolívia, com a empreiteira já assegurada, no valor de mais de 300 milhões de reais. Não me convence, Sr. Presidente.

Agora, eu faço essa colocação porque nós não podemos ficar aqui apenas discutindo; nós temos que decidir. E quando a decisão nos for concedida pelas votações... Há 3 entrando na quarta semana sem deliberação na Comissão; estamos sem deliberar nada há 4 semanas, e a pauta só sendo acrescida através de projetos e mais projetos.

Isso é um demérito para a nossa Comissão. Eu imagino que isso deve afetá-lo. Mas, como V.Exa. disse, às vezes há situações em que não lhe cabe a decisão. É essa a greve branca da base do Governo, que impede que V.Exa. possa fazer da Comissão o que disse no início, quando assumiu a Presidência, de colocá-la em dia com os projetos de forma célere, transparente e na sua função precípua de poder atender aos reclamos do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, eu lamento muito chegarmos a este momento de conflito. Esta Comissão tem uma lição a dar. Nada aqui é votado de forma a tratorar a Minoria. Esta Comissão só avança quando consegue estabelecer o consenso. E é o consenso que tem feito o Governo aprovar as medidas aqui, muito em função da confiança, muito em função dos ajustes que dizem ter. Mas quando nós vemos cortes como esse, que privilegia emenda de Comissão em detrimento às emendas de bancada... As de Comissão ficaram num patamar de 25%. Por que isso? Qual foi o critério usado? Quando não se tem critério claro e transparente, Sr. Presidente — talvez o Líder Gilmar Machado possa me dizer qual foi o critério — todos ficam na dúvida e muitos não concordam. Podem não ter coragem de falar, mas eu tenho certeza — e a greve branca demonstra isso — de que estão insatisfeitos. Nós iremos, no momento de deliberação, nos posicionar.

E pode ter certeza, Sr. Presidente, de que a chuva que está caindo, principalmente no Sudeste deste Brasil, está vindo para Brasília, de forma figurativa. Nós teremos algumas discussões de mérito aqui, na Comissão, que serão muito duras, até porque, quando o Governo enviar a Peça Orçamentária — e deverá fazê-lo até segunda-feira... amanhã, muito bem —, nós teremos a oportunidade de ver de que forma a LDO e seus subsequentes vetos foram efetivamente aplicados na Lei Orçamentária.

Sr. Presidente, este Parlamentar só teve oportunidade, por deferência de V.Exa., de votar uma única matéria até agora relatada. Quantos projetos? (*Pausa.*) Pelo menos 44 PLNs. Acho que V.Exa. estava num dia de felicidade plena...

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - V.Exa. é um privilegiado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ...num dia de felicidade plena, chegou aqui sem nenhum problema e disse: *"Eu vou conceder a Cajado esta função meritória"*

Agora, diferentemente de outros colegas, eu trago aqui um baiano ilustre, Deputado João Leão, meu amigo, que teve a deferência de poder ter 6 projetos para relatar. Acho que o prestígio dele talvez seja maior do que o meu, mas peço a V.Exa. que corrija essas decisões e me coloque também na função de Relator.

Por fim, Sr. Presidente, nós temos uma posição partidária em relação a esses recursos — que se fala serem necessários — da saúde e que deve ser criado um novo imposto. Um novo imposto, se depender do Democratas, não será mais criado, não será mais aceito, não será sequer discutido nesta Casa, porque, se o Governo for sempre pelo caminho fácil de aumentar a carga tributária, nós iremos pelo caminho difícil da obstrução, das verificações e, principalmente, de todos os mecanismos de que a Minoria dispõe para poder valer a sua posição de não elevar mais a carga tributária. O que nós precisamos é equacionar as contas e podermos, aí, sim, vislumbrando, dentro do federalismo, as prioridades a serem definidas e executadas. Mas nós não vamos aceitar —



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

e falo em nome do partido — mais nenhum aumento da carga tributária, como também exigiremos uma postura um pouco mais dura em relação aos requerimentos que estamos votando aqui, cujas autoridades não estão tendo a atenção devida com este Parlamento.

Eu acho que nós só conseguimos aqui, salvo engano, uma única audiência por requerimento; não mais, salvo engano, e isso eu acho que é uma desconsideração muito grande com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu agradeço a V.Exa. e peço que possamos ter os pleitos — não sei se V.Exa. lembra de todos — atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Eu agradeço a V.Exa. a manifestação.

Aproveito a oportunidade, antes de passar a palavra ao nobre Deputado Narcio Rodrigues, entendendo oportuno diante dos diversos reclamos aqui da Plenária, para dar conhecimento a esta Comissão de ofício que recebi do nobre Deputado Geraldo Magela, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2010 — e solicito à Assessoria da Mesa que o coloque à disposição dos Srs. Parlamentares —, que submete à apreciação de todos 2 propostas inovadoras na tramitação, nesta Comissão, do Projeto de Lei do Orçamento para 2010. Passo ao conhecimento dos senhores uma análise e possivelmente uma reunião na próxima semana, na Sala das Lideranças, para uma apreciação dessas propostas. Primeira proposta: transformar os seminários regionais, previstos pela Resolução nº 1, em seminários estaduais, com o objetivo de ouvir todos os segmentos de todos os Estados, e não apenas de alguns.

Segunda proposta: alterar, acrescentando 2 emendas por Estados, e que essas 2 emendas sejam exatamente aquelas que forem resultantes desse seminário estadual. Ou seja, é uma forma de buscar a participação popular das entidades representativas da sociedade organizada por Estado brasileiro.

Portanto, passo às mãos de V.Exas. esta comunicação para o conhecimento de todos, análise e posterior discussão.

Com [p15]a palavra o nobre Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de aproveitar a presença do Deputado Gilmar Machado para fazer um registro. Tenho muita preocupação com a condução dos nossos trabalhos aqui.

Na votação da LDO — V.Exa. é testemunha —, fizemos acordos avalizados pelo Governo, a ponto de o Relator da LDO dizer que tinha negociado com o Governo. Num caso recorrente, o da Lei Kandir, esse veto do Presidente não só desqualifica o trabalho realizado aqui como desmoraliza as Lideranças do Governo na Casa, tanto no Congresso quanto na Comissão. É lamentável o tratamento que o Governo deu a essa questão, enganando-nos a todos e aceitando que o dispositivo fosse incluído no texto do Relator e depois fazendo esse veto que, ao mesmo tempo em que cancela um compromisso anterior, de 2007, o Governo também, no mesmo dispositivo em que vetou, proíbe o cumprimento do compromisso assumido em relação a recursos para 2010.

Portanto, é uma conduta que faz com que passemos a desconfiar de um Governo com quem temos negociado, até sob o patrocínio de V.Exa., para fazer o bom andamento dos trabalhos aqui nesta Comissão. Acho gravíssimo o que o Governo fez, cancelando a flexibilização do superávit primário para Estados e Municípios, restabelecendo a gastança no custeio através também de veto.

Outra coisa também nos preocupa muito. Ao mesmo tempo em que o Governo envia para cá um volume enorme de PLNs, de créditos suplementares, de créditos adicionais, há uma execução orçamentária de emendas individuais da ordem 1,5% na data de hoje, Sr. Presidente. Não passa de 1,5% o volume de recursos empenhados de emendas individuais, e indistintamente, da base, da oposição.

Portanto, é curioso que o Governo, no meio do processo de execução orçamentária, mude por completo as prioridades, obedecendo, como disse aqui com muita propriedade o Deputado Claudio Cajado, a critério nenhum, porque os cortes feitos são fruto naturalmente de uma decisão tomada aqui, e V.Exa. nos remeteu à memória desse fato.

É importante dizer que não demos um cheque em branco para o Governo fazer aquilo que considerasse melhor. Achávamos que, até pelo fato de ter sido Parlamentar, o Ministro do Planejamento respeitaria esta Casa ao definir os cortes que iria estabelecer, até porque o corte de 44% feito nas emendas de Minas Gerais, poderia muito bem ter sido discutido com os coordenadores de bancada, os quais poderiam, inclusive, dizer onde os cortes



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

deveriam ser feitos e quais os valores a preservar, porque temos a delegação do Estado para definir as prioridades que lhe interessam. Então, o que nos preocupa é a falta de critério nos cortes. Até consideraríamos que podem ser necessários se não tivéssemos um volume de créditos que redireciona praticamente todo o Orçamento do Governo para suas prioridades.

Sr. Presidente, queria voltar ao que foi dito aqui pelo Deputado Humberto Souto. Acho que precisamos voltar a estabelecer regras que nos permitam ter uma convivência produtiva a favor da votação das matérias que teremos neste segundo semestre. Sugiro a V.Exa. um posicionamento da Comissão, seja trazendo o Ministro aqui para esclarecer esses critérios, seja através da Liderança do Governo, do Deputado Gilmar Machado, que tem tido uma boa vontade enorme.

Fico com muita pena de S.Exa., que vem gastando todo seu prestígio pessoal aqui em nome de um Governo que não honra os compromissos assumidos aqui conosco. Tenho muito medo das nossas negociações futuras, porque o Governo não tem honrado os compromissos estabelecidos aqui.

Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, para não irmos a um processo de obstrução, papel e contribuição que a Oposição pode dar neste momento, a suspensão esta reunião. Na semana que vem, poderíamos estabelecer nossos critérios, a fim de que, depois, o Governo se posicionasse sobre execução orçamentária das emendas individuais, sobre o critério de cortes das emendas de bancada, se esses critérios não podem ser devidamente discutidos com os coordenadores de bancada, sobre os vetos da LDO. Senão vamos tomar aqui apenas a atitude de obstruir e trabalhar para que esta Comissão não caminhe na direção que tanto desejamos, qual seja, a de deliberar, o que seria profundamente lamentável. Houve uma ruptura de confiança na relação da Oposição com o Governo.

Lamentavelmente, meu caro Gilmar, sem um posicionamento firme do Governo é difícil restabelecer o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nobre Deputado Narcio Rodrigues e demais Parlamentares, desejo consultar V.Exas. se poderemos pelo menos votar as atas das reuniões anteriores. Faríamos isso e daríamos a palavra ao nobre Senador Roberto Cavalcanti e ao ilustre Deputado Gilmar Machado, que também pede a palavra.

Não há oposição quanto à deliberação das atas?

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Sr. Presidente, nós, Oposição, não queremos votar nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Nem as atas?

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Naturalmente, havendo da parte de V.Exa. um apelo, só quero dizer que gostaríamos de retomar, na semana que vem, após uma reunião de Líderes, o nosso acordo de procedimentos e voltar ao ritmo normal de votações aqui. Hoje o nosso desejo é não votar absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Quero, portanto, orientar a assessoria da Presidência para convocar para a próxima terça-feira, às 15h, na sala de costume, reunião com as Lideranças desta Comissão.

Não havendo entendimento para a votação das atas, antes de declarar encerrada a presente sessão, concedo, pela ordem, a palavra ao nobre Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. SENADOR ROBERTO CAVALCANTI - Sr. Presidente, 2 temas. O primeiro é que efetivamente, através de comunicação telefônica, fui informado que nós, Senadores, estamos sendo convocados ao plenário do Senado Federal, pois que teve início o processo de votação nominal, o que exige a nossa presença. Solicito a V.Exa. que confirme essa informação para que possamos estar presentes nessas votações nominais.

Em segundo lugar, quero fazer referência à isenção do nobre Presidente no tocante à questão política no exercício da presidência desta Comissão. Aqui estou desde o início desta Legislatura e jamais ouvi o nosso Presidente posicionar-se de maneira que não fosse absolutamente equidistante dos aspectos políticos. Parablenizo V.Exa. pela postura na Presidência desta Comissão.

Outro ponto que devo relatar aqui é que estou aprendendo nesta Casa e nesta Comissão a arte da política, que deve ser a do entendimento, a cultura do entendimento. Muitas vezes, o caminho não é o lógico, mas o político, com seus atalhos e rodeios.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Especificamente, quero registrar que aqui, muitas vezes, o discurso não corresponde à prática. Lutamos aqui, assistimos a pronunciamentos queixosos sobre determinados cortes, sobre determinadas não agilizações financeiras.

Queria então transmitir o outro lado da verdade. Estou aqui sem almoçar. Particpei da Comissão de Ciência e Tecnologia até às 14h15min. Havia uma reunião de Líderes prevista para 14h. Compareci, estava presente, mas ela não aconteceu. Às 14h30min estava marcada a reunião plenária desta Comissão. São 16h22min e nada foi votado. Na base, a nossa presença e o nosso voto são exigidos. Na verdade, durante toda esta semana, recebi integrantes de comissões que buscam a aprovação do PL nº 30, do qual tenho a honra de ser Relator.

Quero caracterizar sua importância. Ela se refere a despesas com benefício de auxílio-alimentação a servidores e funcionários da Justiça do Trabalho e assistência pré-escolar aos dependentes desses servidores, totalizando mais de 26 milhões de reais. Agora, saio daqui sem a expectativa de quando essa matéria será votada. Quando volto ao gabinete, sofro pressão desses sofrendores, funcionários da Justiça do Trabalho, pela aprovação do PL nº 30.

Assisto a todo tipo de obstáculo: greve branca, obstrução política da Oposição, falta de *quorum*. Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, temos de chegar a um acordo a fim de barganarmos. Eu quero aprender muito com a política, eu me enriqueço com isso, mas eu apelo para que tenhamos a condição de discriminar, de fazer aquilo que pudermos. Ou seja, protestar e não causar dano à coletividade, da forma como estamos causando; termos, por outro lado, bom senso e a onipresença divina de entender, apesar desses obstáculos, mesmo sendo medidas corretíssimas, que é preciso ter flexibilidade para votarmos determinados assuntos urgentes pelo menos para aquelas pessoas que estão nos corredores, que estão nos assistindo, que estão implorando para que determinados PLs sejam aprovados.

Era este o registro, Sr. Presidente, embora eu já tenha a certeza de que V.Exa., mais uma vez, irá encerrar esta reunião da Comissão de Orçamento sem votar nada. Só me resta lamentar, porque estou aqui pronto para relatar. Mais uma vez serei cobrado lá fora por não ter conseguido votar nada ao longo de tantas semanas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Eu é que agradeço, nobre Senador.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a V.Exa. e aos demais membros da Comissão, Deputados e Senadores, pela oportunidade e pela convocação de reunião para a próxima terça-feira a fim de restabelecermos de fato o diálogo, e este é o objetivo do Governo.

Informo o entendimento hoje entre os líderes e representantes dos Ministérios do Planejamento e das Relações Institucionais. Não fazemos nada escondido. Quero deixar claro a todos os Parlamentares que felizmente a informatização nos permite acompanhar tudo. Ficou então acordada a liberação desde já de 1 bilhão de reais para o pagamento das emendas individuais e, a partir de setembro, a liberação de 1 bilhão de reais por mês, totalizando os mais de 5 bilhões de reais necessários para o cumprimento do pagamento das emendas individuais. Este era o compromisso do Governo.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Deputado Gilmar, V.Exa. pode repetir?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Um bilhão de reais já havia sido liberado, mais 1 bilhão de reais por mês, a partir de setembro até dezembro, totalizando mais de 5 bilhões de reais. E serão liberados mais 500 milhões de reais, durante 2 meses, para cobrir Restos a Pagar.

A respeito dos projetos, Sr. Presidente, não há como o Parlamentar dizer que foi liberado mas não foi pago. O Governo não tinha como pagar um projeto que o Deputado entregava no Ministério. Agora, há um sistema informatizado *on line* que pode ser acompanhado por toda a população. Por isso este Governo está muito tranquilo. É o SICONV. Não há como passar o projeto de determinado Deputado na frente, depois outro, ou deixar um de fora, porque todos vão ficar sabendo.

Hoje o sistema está informatizado e todos têm condição de acompanhá-lo em tempo real. Para ser liberado o pagamento, o Parlamentar tem de cadastrar o projeto. A Prefeitura também tem de cadastrar o projeto no sistema. Tem de estar em dia, para que o pagamento possa ser feito. Muita gente diz: o Governo liberou 1 bilhão de reais, mas o meu não pagou nada. É lógico. Primeiro, tem de indicar o Município e o número da emenda. O Município



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

entra no sistema, mas tem estar em dia. O cadastro é enviado à Caixa Econômica Federal. Ele apresenta a documentação, para depois ser pago.

Quem está na Comissão conhece bem a sistemática. É plenamente possível. Então, na próxima terça-feira, não só a oposição, mas a base do Governo — todo mundo merece todo o respeito e consideração — terá acesso às informações.

Então, queremos fazer isso com muita clareza, com muita transparência. Não temos o que esconder tanto da base quanto da oposição. Podem ver: são 5 bilhões de reais, basta multiplicar o número de Parlamentares, Senadores e Deputados, o valor que estamos disponibilizando para fazer os pagamentos.

Em relação às emendas de bancada e de Comissão, nunca assumimos aqui — foi o que dissemos — o compromisso de realizar os empenhos dessas emendas. Para as individuais, sim, assumimos esse compromisso. Bancada e comissão não tinham compromisso. O que tem feito o Governo? Num momento de crise, de dificuldade, o Governo tem de, em virtude da queda de receita, se utilizar dessas emendas de bancada e Comissão para cobrir as despesas.

Temos outro grave problema, Sr. Presidente, o da gripe, que exige recursos extras. Estados e Municípios vêm cobrando do Governo Federal, que, de seu lado, tem de responder. Tem créditos aqui para serem aprovados. Liberados esses recursos, poderemos socorrer Estados e Municípios. Os recursos têm de sair de algum lugar. Não tivemos crescimento de receita. Acabamos de votar mais 1 bilhão de reais para os Municípios, via FPM. O Senado irá votar também. A ajuda sai desses recursos.

Então, quero fazer um pedido aos Parlamentares, para, na reunião da próxima terça-feira, que cheguemos a um entendimento, de posse de todas as informações. O Deputado Wellington Roberto é o Relator da LDO. S.Exa. estará presente, vamos ver o que foi acordado, o que foi vetado e fazer os ajustes. Tenho certeza de que a Comissão, como sempre, continuará trabalhando corretamente nesse período.

Quero comunicar a V.Exa. que o Deputado João Leão, ex-Vice-Líder do Governo, assumiu a Secretaria de Infraestrutura e Obras do Estado da Bahiaacacacho. Portanto, não estará mais presente a esta Comissão. Em breve, indicaremos a V.Exa. o substituto do Deputado João Leão, e novo Vice-Líder, que estará acompanhando conosco os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Como ninguém mais deseja fazer o uso da palavra...

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES - Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Deputado Narcio Rodrigues. **O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES** - Fez-se aqui uma provocação sobre a realização de seminários. Quero fazer um apelo e um convite. O apelo é do Presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Zé Maia, no sentido de que V.Exa. e o Relator, Deputado Geraldo Magela, possam no dia desse encontro, dessa ida a Minas Gerais estar conosco, inclusive convidados para um almoço com o Governador Aécio Neves, no Palácio da Mangabeiras.

Que os mineiros possam contar com as honrosa presenças de V.Exas., no dia 24 de setembro, quando Minas irá discutir o Orçamento Geral da União. Queremos fazer isso em parceria com a Assembléia Legislativa do Estado, mas se não tivermos a presença de V.Exa. e do Deputado Geraldo Magela, que, aliás, é mineiro, os mineiros vão se sentir muito desprestigiados.

É o apelo e o convite que deixamos aqui: que V.Exas. possam visitar o território mineiro e, por alguns momentos, sentir de perto as demandas da nossa terra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa., sobretudo por ter incluído na pauta o almoço.

Antes de encerrar, convoco reunião ordinária a ser realizada no próximo dia 2 de setembro, quarta-feira, às 14h30, neste plenário.

Declaro encerrada a presente reunião.